

Os 200 anos do “Corifeu da Filosofia da Práxis”

The 200th Anniversary of the “Corypheus of Philosophy of Praxis”

WELLINGTON TROTTA*

GIANRICCARDO GRASSIA PASTORE**

Resumo: Este artigo aborda, de forma didática, os principais aspectos da obra de Karl Marx que, de alguma forma, sintetizam o pensamento do filósofo alemão. Não se fez nenhuma revisão de literatura e nem críticas às escolas que gravitam em torno do pensamento de Marx, pois nosso propósito é fazer uma exposição analítico-descritiva deste autor, por meio dos elementos teóricos clássicos da corrente filosófica que toma o modo de produção capitalista como objeto de análise e crítica da realidade contemporânea. Visto que no ano de 2018 comemorou-se o bicentenário do nascimento de Marx, este texto busca mostrar sua atualidade em nossa sociedade. A composição ficou dividida nos seguintes tópicos: 1. Materialismo histórico; 2. Relação dialética dos modos de produção; 3. Modo de produção ao longo da história; 4. Mercadoria, valor e mais-valia; 5. Alienação, fetichismo e coisificação; 6. Ideologia; 7. O Manifesto comunista em oposição ao contratualismo e, por fim, algumas reflexões que tangem a atualidade, nas considerações finais.

Palavras-chave: Ideologia. Fetichismo. Mais-valia. Mercadoria. Marx.

Abstract: This paper seeks to address, in a didactic way, the main aspects of Karl Marx's work, which somehow synthesize the thinking of this German philosopher. No literature review or criticism of the schools that gravitate around Marx's thought has been made, for our purpose is to make an analytical-descriptive exposition of this author through the classical theoretical elements of this philosophical current which takes the capitalist mode of production as the object of analysis and criticism

* Wellington Trotta é Doutor em Filosofia (IFCS-UFRJ), pós-doutor em Filosofia (IFCS-UFRJ) e doutorando em Direito, pela UNESA-Rio de Janeiro. Contato: welltrotta@gmail.com

** Gianriccardo Grassia Pastore possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem mestrado em História e Filosofia das Ciências pela Universidade de Lisboa. É professor do Colégio Batista Shepard. Contato: gianriccardograssia@hotmail.com

of contemporary reality. Since the bicentenary of Marx's birth was celebrated in 2018, this text intends to show Marx's relevance in our society. This paper was divided into the following topics: 1. Historical materialism; 2. Dialectical relation of the modes of production; 3. Mode of production throughout history; 4. Commodity, value and added value; 5. Alienation, fetishism and objectification; 6. Ideology; 7. The Communist Manifesto in opposition to contractarianism and, finally, some reflections that touch the present considerations in the final considerations.

Keywords: Ideology. Fetishism. Added value. Merchandize. Marx.

Introdução

Karl Marx nasceu no seio de uma família judaica em Trier, na região do Reno, na Alemanha, em 1818. Estudou Direito na Universidade de Bonn e Berlim, doutorando-se em Filosofia, na Universidade de Jena, em 1842, com uma tese sobre a diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro¹, filósofos materialistas da Antiguidade Clássica. Em Berlim, entrou em contato com os discípulos do filósofo Hegel, conhecidos como "jovens hegelianos". Em 1844, vai para Paris e toma ciência de autores socialistas franceses, como Saint-Simon e Fourier, Proudhon e outros, além conhecer Friedrich Engels, seu amigo e colaborador permanente em diversos trabalhos teóricos.

Por volta de 1845, transfere-se para Bruxelas e funda, com Engels, a *Liga Comunista*, cujo programa foi publicado em 1848, sob o título *Manifesto do Partido Comunista*.² Depois exilou-se em Londres, em 1849, onde viveu o resto de sua vida, pesquisando e escrevendo, na Biblioteca do Museu Britânico, entre outros, um dos principais livros do pensamento ocidental, *O capital*,

1. Recentemente, a Boitempo Editorial editou para o português, uma nova tradução deste trabalho de Marx.

2. O ano de 1848 é de grande importância no chamado "Ciclos Revolucionários de 1820, 30 e 48", pois o proletariado europeu observa que seus interesses não são os mesmos da burguesia. Pode-se afirmar que essa tomada de consciência, por parte do operariado, representou um iminente "perigo" para as revoluções liberais que haviam começado há 28 anos. Para a burguesia, representava o "risco" de perder a liderança e a orientação de como deveria ser conduzida. As Revoluções de 1848 ficam conhecidas como "A Primavera dos Povos" e encerram o ciclo revolucionário, pelos motivos apresentados. Em fevereiro deste mesmo ano, portanto, há 170 anos, era lançado "O Manifesto do Partido Comunista". Sobre a disputa que começa no seio do movimento operário, sobre o qual deveria ser sua atuação e a política de alianças, Engels afirmou que o proletariado deveria fazer alianças com a burguesia, desde que seus interesses fossem comuns, como no caso da derrubada do Antigo Regime pela Europa.

publicado em 1867.³ Nesta obra, Marx faz argutas análises do funcionamento do sistema capitalista e de como o proletariado é espoliado, no processo de produção, desenvolvendo a teoria da mais-valia, entre outras.

Marx é considerado por muitos, um filósofo, para outros seria economista ou historiador, e há ainda aqueles que o consideram um cientista social.⁴ Seja como for, Marx é autor de uma vasta e profunda obra, cuja constituição teórica parte do homem, enquanto ser social, que constrói os seus próprios meios de produção material e espiritual, em sociedade. Sua teoria social foi fundamental para as grandes transformações ocorridas no século XX. Acredita-se que Marx percebia que seus textos superavam os limites estritos e os rumos tradicionais do pensamento moderno. Seus trabalhos versaram sobre muitos campos do saber, destacando-se as seguintes obras: *18 Brumário de Luís Bonaparte*, *História das lutas de classe em França*, *História da guerra civil em França*, *Manuscritos econômico-filosóficos*, *Crítica da economia política*, *O capital*, *A sagrada família*, *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia*, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, etc.

Marx passou para a posteridade como um dos pensadores político-sociais que mais influência exerceu, não só no plano teórico, como no plano político, talvez com um impacto sobre a realidade, quase que imediato. E para justificar a importância do teórico, resolvemos publicar este artigo, como nota comemorativa do bicentário de seu nascimento, 1818-2018. O texto divide-se em sete tópicos: 1. Materialismo histórico; 2. Relação dialética dos modos de produção; 3. Modo de produção ao longo da história; 4. Mercadoria, valor e mais-valia; 5. Alienação, fetichismo e coisificação; 6. Ideologia; 7. O *Manifesto comunista* em oposição ao contratualismo e, por fim, algumas reflexões que tangem à atualidade, nas considerações finais.

1 Materialismo histórico

Para Marx e Engels, muitos filósofos, como Ludwig Feuerbach, por exemplo, não perceberam que o mundo sensível é produto da história, porque nele vivemos e, a partir dele, produzimos as condições de nossas vidas, porquanto

3. MACLELLAN David. *Karl Marx – Vida e pensamento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990. ** Em *O capital*, Marx elabora a teoria complexa do domínio dos objetos sobre o indivíduo, que é o fetiche da mercadoria.

4. Segundo Lenine e Karl Kautysk, cada um a seu modo, o pensamento de Marx é constituído por três fontes: a filosofia clássica alemã, a economia clássica britânica e o pensamento materialista histórico-político francês.

é o resultado das atividades de inúmeras gerações (MARX e ENGELS, 1999, p. 37). Assim, os criadores desse novo proceder de análise sócio-histórica compreendem que as formações sociais se constituem, a partir das condições materiais de produção e da divisão social do trabalho, logo, as mudanças históricas são determinadas pelas modificações dessas duas condições assinaladas, e a consciência, pelas condições materiais de existência dos indivíduos. Tal forma de pensar passou a ser conhecida como materialismo histórico.

O conceito de materialismo histórico refere-se à concepção de que o homem é um ser histórico, determinado pelas relações sociais de produção material (econômica, síntese de múltiplas determinações), e Marx compreendeu que a história não acontece segundo um processo linear e contínuo, mas num processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção, a forma de propriedade, as forças produtivas, o trabalho por meio dos seus instrumentos e as técnicas. Assim:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como emanação direta de seu comportamento material. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1999, p. 36-37).

As concepções acima defendidas por Marx o colocam como um pensador crítico da tradição metafísica ocidental em geral e, em particular, do pensamento de Hegel, que interpretou o processo histórico e a formação da consciência, a partir das ideias e representações, do saber e da cultura, não levando em conta as bases materiais da vida humana em que a consciência individual é formada. O próprio Marx pondera que sua tarefa é *desinverter* a análise hegeliana do homem, superando essa forma ilusória de pensar o real, asseverando que as ideias são determinadas pelas condições materiais de vida dos indivíduos e a consciência, que, conforme a filosofia de Hegel, pensada como livre e autodeterminada, passa, segundo Marx, a ser concebida como condição dada pelo processo do trabalho (MARX, 1994, p. 14-17).

Assim, para Marx, a análise da vida social deve ser feita por meio de uma perspectiva que privilegie os fatos concretos, em que o ponto de partida sejam *“os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas*

por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (MARX e ENGELS, 1999, p. 26-27). Conforme este ponto de vista, e, estendendo-se ao pensamento econômico de sua época, a diferença entre Marx e os economistas clássicos está no fato de que sua análise sempre repousa sobre a produção social dos homens, e não sobre as formas ideais e imaginárias produzidas pelas formas ideológicas de representar a realidade.

Neste caso, a relação entre o materialismo e o método dialético fica clara, quando se percebe o processo do movimento histórico através das contradições, e a contradição é real, por ser uma realidade histórica, pois sem contradição não há movimento, e sem movimento não há transformação. Natureza e história dependem das mesmas leis fundamentais, portanto, um modo de produção gera em suas fileiras os germes de sua própria destruição. Assim ocorreu com o feudalismo, que gerou o capitalismo, assim será com o capitalismo, que gerará um modo de produção em que a mais-valia não será mais a propriedade privada, mas uma substância social.

Neste sentido, partindo desta premissa, Marx concebe as transformações socioeconômicas como um processo histórico, independente da vontade dos indivíduos, mas dependendo das lutas que os homens travam no seio das classes, quando tomam consciência, permitindo que dominem e orientem essas transformações quando se rompe o lacre da ideologia. Por isso, a questão central de Marx passa a ser o *trabalho* como relação entre a espécie humana e o seu ambiente natural. Esse sistema de ação surge a partir da relação entre ser humano e natureza, que condiciona nosso conhecimento da natureza ao interesse no possível controle técnico dos processos naturais. O indivíduo regula suas relações com a natureza por meio do trabalho, modificando-a e constituindo o mundo em que vivemos.

Nesse processo de trabalho, não só a natureza é alterada, mas o próprio homem que trabalha, também se altera continuamente. Nesse caso, o materialismo teorizado por Marx pretende ser uma explicação científica da natureza e da história dos homens, conforme estes produzem suas vidas sobre a natureza, analisando os diferentes estágios, caracterizados por meio da noção de *relações de produção*, que levaram a humanidade, desde as sociedades mais antigas, as comunas primitivas, passando pela sociedade escravagista e pela sociedade feudal, até a sociedade burguesa. Assim, como Marx entendeu que a análise filosófica dominada pela metafísica não dava conta da realidade, construiu seu modelo teórico a partir da economia política, pois tal chave epistemológica

uniria as perspectivas da história, da política, da economia e de uma ciência social, articuladas numa totalidade, unindo teoria e prática na objetividade de pensar o conjunto pela realidade dada. Nesse sentido, Engels afirma que:

A concepção materialista da história parte do princípio que a produção, e com ela a troca dos produtos, é o fundamento de qualquer regime social; que, em todas as sociedades que apareçam na história, a repartição dos produtos, e com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e segundo a maneira como produz e pelo modo de troca das coisas produzidas. Por conseguinte, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as perturbações políticas não devem ser procuradas na cabeça dos homens, nem na sua compreensão da verdade eterna ou da justiça absoluta, mas nas modificações operadas no modo de produção de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia do período que se analisa. [...] Esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos factos materiais (1978, p. 75-76).

É pela produção e troca de mercadorias que os homens engendram seus pensamentos e suas formas de vida, como resultado das relações concretas que eles intercambiam entre si. A partir de tal realidade, o marxismo fundamenta-se na concepção de que as relações materiais dos homens, dentro de uma concretude real, produzem suas condições básicas de suprir a existência, como também criam suas ideias e o conjunto de sua imaginação. O materialismo de Marx e Engels é uma oposição ao idealismo que pensa os homens e o seu mundo fora do plano das condições concretas de existência, no que Engels pondera que não devemos procurar a materialidade “*na cabeça dos homens, nem na sua compreensão da verdade eterna ou da justiça absoluta, mas nas modificações operadas no modo de produção de troca*” (1978, p. 75). Para o marxismo, o materialismo é uma constituição metodológica, que pensa o homem, a partir da objetividade da existência.

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua acção e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrem já elaboradas do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Essas bases são, portanto, verificáveis por vias puramente empíricas (MARX e ENGELS, 1974, p. 18).

Para Marx e Engels, a história tem como premissa os indivíduos reais e suas condições reais de existência, e a historiografia deve partir, necessariamente, destas premissas, porque o homem faz história quando produz as bases da existência no processo de autorreprodução, levando-se em conta que a produção dos indivíduos tem como pressuposto as relações que os mesmos estabelecem entre si. Concordamos com Louis Althusser, quando afirma que a matéria prima do materialismo histórico são as relações sociais entendidas como “*ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condição, de que maneira e com que objetivo*” (MARX e ENGELS, 1974, p. 35), visto que a relação social passa pela existência de indivíduos produzindo a si mesmos historicamente, descartando, por assim dizer, a ideia liberal do indivíduo isolado e, naturalmente, portador de qualidades independentes da formação social em que está inserido. Marx assinala que não existindo homens isolados, também não há história particular; há, por outra, a história dos homens, pela unidade da vida concreta em toda sua materialidade. O homem não está fora da formação social que o constitui, logo a história dos homens é, de fato, o estudo das condições essenciais de vida e de suas condições objetivas de existência, considerando-se as circunstâncias estruturais do momento. O materialismo histórico não tem outro sentido senão o de situar o homem no seu próprio mundo. Nesse caso, para Lenine:

O materialismo histórico permite, pela primeira vez, estudar com a precisão das ciências naturais as condições sociais das massas e as modificações destas condições. A *sociologia* e a *historiografia* anteriores a Marx acumulavam, no melhor dos casos, fatos em bruto, recolhidos ao acaso, e só expunham certos aspectos do processo histórico. O marxismo abriu caminho ao estudo global e universal do processo do nascimento, do desenvolvimento e do declínio das formações econômicas e sociais, examinando o *conjunto* das tendências contraditórias, reconduzindo-as às condições de existência e de produção claramente determinadas, das diversas *classes* da sociedade, afastando o subjetivismo e a arbitrariedade na escolha das ideias *diretrizes*, ou na sua interpretação (1983, p. 24).

As observações de Lenine são pertinentes, na medida em que situam o materialismo histórico como um marco nas pesquisas historiográficas, sendo que os fatos históricos passam a ter relação de causa e efeito, por representarem um complexo de determinações que escapa ao olhar assistemático. Com isso

,assinala-se que o materialismo histórico reinventa o próprio significado de história, atrelando-a à produção material dos homens e suas reais condições de vida. Lenine enfatiza, também, que o materialismo histórico, assim como as ciências naturais, busca o dado da objetividade, como critério de desmistificação da *idealidade histórica*, que por sua vez deve ser estudada como um dado objetivo.

2 Relação dialética dos modos de produção

Aplicando o método à realidade que dela extrai seu significado, segundo Marx:

Para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história (MARX e ENGELS, 1999, p. 39).

O primeiro fato histórico relevante, segundo Marx, é a produção dos meios de sustento da vida material, o que permite satisfazer as necessidades humanas. Nisso reside a essência do fato histórico como condição do homem social que, em última instância, o separa da animalidade. Essa produção material para a manutenção da vida social comporta dois elementos: a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si. É nesse sentido, que Marx elabora a análise dos *modos de produção*, definidos por ele como “*uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida*” (Idem, 1999, p. 27). Trata-se de uma totalidade dialética⁵ em que a análise apresenta, simultaneamente, sua unidade

5. “A dialética é tematizada na tradição marxista, mais comumente, enquanto (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética epistemológica; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética ontológica; e (c) o movimento da história: dialética relacional. Todos os três aspectos encontram-se em Marx. Mas seus paradigmas são os comentários metodológicos de Marx em *O Capital*, a filosofia da natureza exposta por Engels no *Anti-Dühring*, e o hegelianismo transfigurado do Lukács da primeira fase, em *História e consciência de classe* – textos que podem ser considerados como os documentos básicos da ciência social marxista, do materialismo dialético” (BOTTOMORE, 2001, p. 101).

e contradição. As forças produtivas são o elemento ativo, o móvel desse desenvolvimento e, essencialmente, o que motiva mudanças nas relações de produção de uma determinada formação social. Logo, a estrutura da sociedade reflete o modo como os homens organizam a produção social dos bens. Essa produção envolve, necessariamente, dois fatores que, em determinada sociedade, caracterizam o modo de produção. Marx denominou essas duas estruturas de *forças produtivas e relações de produção*.

As *forças produtivas* constituem o conjunto das condições materiais de toda a produção, tais como matéria-prima, ferramentas e máquinas. O homem, por sua vez, age como elemento de *força produtiva*, responsabilizando-se pela ligação entre natureza e técnica. As *relações de produção* são formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Essas relações se referem às diversas maneiras pelas quais são apropriados e distribuídos os elementos envolvidos no processo de trabalho: as matérias-primas, ferramentas, técnica, trabalhadores e o produto final. As relações podem ser: cooperativistas, servis, escravagistas ou capitalistas. Há uma correspondência necessária entre as *relações de produção* e as *forças produtivas*, isto é, no conjunto das *forças produtivas* e das *relações sociais de produção* forma-se o que Marx denominou de estrutura, que a seu turno, se compõe de *infraestrutura e superestrutura*.

Para Marx, em última instância, a *infraestrutura* determina a *superestrutura* que, por sua vez, influencia as condições objetivas da *infraestrutura*. Vejamos. As manifestações da *superestrutura* (as representações teóricas) passam a ser determinadas pelas alterações da *infraestrutura*, decorrentes da passagem econômica do sistema feudal para o capitalista, por exemplo. Para estudar uma dada formação social, deve-se partir da forma como os seres humanos produzem os bens materiais necessários à vida, e não do que dizem, imaginam ou pensam os idealistas. Por exemplo, os surgimentos dos códigos civis, no século XIX, marcam a preocupação com a disciplina dos contratos como obrigação, uma vez que se tornavam complexas a produção e a preocupação com os lucros cessantes, além da necessidade de disciplinar o contrato de trabalho entre empregador e empregado.

Segundo a análise marxiana, a sociedade divide-se em *infraestrutura* (a base material da sociedade), formada pelas *relações de produção e forças produtivas*, e a *superestrutura*, apresentando dois níveis, a saber: um *jurídico-político*, constituído pelas normas jurídicas que correspondem à sistematização

das relações já existentes, e outro, o *ideológico* (filosofia, arte, religião, etc.), como justificativa do real, formando um conjunto de representações criado pela classe social que determina o processo social de produção. Nesse sentido, Marx afirma que:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas, que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (1996, p. 52).

Observa-se que as relações sociais de produção exprimem-se em relações de propriedade, e a classe dominante produz, em função de circunstâncias históricas complexas, as *superestruturas jurídica, política, religiosa, artística e ideológica*, que correspondem à base sobre a qual ela estabelece o seu predomínio e as ilusões acerca de si própria que, conseqüentemente, formam o aparato que se denomina verdade. Nesse caso:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força espiritual dominante. [...] na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX-ENGELS, 1999, p. 72).

As *superestruturas* correspondem às *forças produtivas e relações de produção* e às exigências da classe dominante, que deseja estabelecer, consolidar, ou manter o seu predomínio. As descobertas científicas e os desenvolvimentos das *forças produtivas* contribuem para a manutenção das *superestruturas*, modificando-lhes a base e, posteriormente, a própria *infraestrutura*. Mas, quando há um esgotamento da relação entre *forças produtivas e relações de produção*, as contradições entre as classes atingem níveis insuportáveis, propiciando as condições do processo de mudança, ou seja, o acirramento da lutas de classe, que

marca o momento de radicais transformações sociais, inaugura novo modo de produção e novas relações na *infraestrutura* econômica da sociedade, e novas formas de representação das relações sociais, na *superestrutura* político-jurídica (ideológica): “Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela, é obrigada, para alcançar [os fins a que se] propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade” (Idem, p. 74).

Karl Marx elaborou uma análise do processo produtivo sob o ponto de vista social, considerando como pano de fundo a própria filosofia moderna da subjetividade, que reduziu o ético à esfera da relatividade moral, deslocando, por assim dizer, a eticidade para a interioridade subjetiva, separando o homem do cidadão, atomizando-o em suas relações sociais. Esse deslocamento forneceu as condições para o desenvolvimento das relações capitalistas, no momento em que maximizou o interesse privado, a livre-iniciativa, a livre concorrência, a liberdade moderna etc. O fio condutor de sua reflexão foi a *práxis*⁶ social, como ação transformadora do homem. Ou de outro modo, Marx realizou sua pesquisa a partir de três momentos da sociabilidade humana: o momento da produção material dos bens, o momento das trocas e o momento da relação entre as classes envolvidas na produção e nas trocas. A ótica de Marx aponta para o sentido histórico das formas de *práxis* social, e assim, passíveis de mudanças. Mudança que se configura a partir da superação do modo de produção capitalista, que aliena a força de trabalho e cria o fetiche em torno da mercadoria, supondo que os produtos criados pelo homem se sobrepõem a ele e, assim, fortalece a lógica da expropriação de uma classe pela outra. Superar esse modelo significa focalizar outro caminho, que torne viável desenvolver as condições para uma *práxis* social autoconsciente, que não dicotomize, mas que humanize o homem como ser social.

6. Aristóteles estabeleceu importante distinção entre *poiesis*, ação construtora por meio do trabalho e de técnicas, e a *praxis* como ação livre do sujeito político. Esse pensador valorizou a *praxis* em detrimento da *poiesis* pelo fato da sociedade grega ser escravagista, que desvalorizava o trabalho entendendo-o como atividade inferior se comparado à ação livre do cidadão para a teorização da realidade. A liberdade para os gregos estava relacionada à disponibilidade do ócio para cuidar da coisa pública. Marx, tomando essa categoria aristotélica, a inverte e impõe outro significando que, segundo Bottomore, é “ação [...] atividade livre, universal, criativa e autocríativa, por meio da qual o homem cria e transforma seu mundo humano e histórico, e a si mesmo” (2001, p. 292). Para Marx, o plano da autocrítica é a relação de dependência entre teoria e prática.

3 Modo de produção ao longo da história

Na história da humanidade, segundo Marx, são encontradas quatro formas de produção social de bens: o comunismo primitivo (ou comuna primitiva), a organização patriarcal, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. 1. Nas sociedades primitivas, os produtos da caça, pesca e colheita são frutos da propriedade comum; os homens se unem para enfrentar os desafios da natureza hostil, e com isso, determinam uma forma de produção que pode ser denominada *comunismo primitivo*, já que não há propriedade privada. 2. Num outro momento, em que o homem inicia a domesticação de animais, incrementa a agricultura, com uso de instrumentos de metal, fabricação de vasilhas de barro etc., surge a relação de propriedade familiar, que tem como fundamento da ordem objetiva, a autoridade do patriarca. Mas, com o desenvolvimento das forças produtivas e aumento das trocas comerciais, o homem é levado a estabelecer um modo de produção mais complexo, que envolve o trabalho humano em escala maior. É nesse momento (3), que se institui o modelo escravagista, decorrente do aumento da produção e do excedente, além do necessário para a subsistência, exigindo novas forças de trabalho, adquiridas pelo espólio de guerra, transformando os derrotados em escravos. Aparece a propriedade privada dos meios de produção, e a primeira forma de exploração do homem pelo homem: a contradição entre senhor e escravo.

Com a queda do Império Romano do Ocidente (476 d. C.), rui, além do mundo antigo, a forma de produção baseada no escravismo, e se estabelece a crescente influência do cristianismo da Igreja Católica que, nesse período, denominado Idade Média, é a única instituição, em meio à permanente instabilidade político-social, patrocinada pelas guerras entre os chamados bárbaros, e o que restava do falecido Império Romano, no ocidente. Esse período ficou conhecido pela grande mobilização de contingentes humanos, fugindo de guerras, fome e doenças, localizando-se em terras onde pudessem encontrar segurança. Daí surge o Feudalismo (4), com sua estrutura político-militar, cujo modo de produção está assentado na propriedade da terra pelo senhor feudal. O servo trabalhava um tempo para si, outro para o senhor feudal e para a Igreja, que se apropriavam de parte da produção, cobrando, ainda, impostos.

No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e a complexidade advinda dessa mesma relação, verificaram-se muitos acontecimentos, ensejando mudanças significativas; pode-se citar, por exemplo, o ressurgimento da

vida urbana, o crescimento do comércio, a criação de casas bancárias, estradas e rotas marítimas comerciais, entre outras. É no final da Idade Média que aparece o burguês, surgido dentre os servos que se dedicam ao artesanato e ao comércio. Essa nova figura forma os burgos e consegue, aos poucos, sua liberdade pessoal, desenvolvendo novas formas produtivas. Por fim, surge o capitalismo (5), tendo à frente o burguês, como detentor do capital acumulado, que lhe dá a condição de proprietário dos meios de produção, que procura o lucro, como motor de sua atividade produtiva, sendo o operário a classe oposta, que vende sua força de trabalho⁷.

4 Mercadoria, valor e mais-valia

Conforme entendimento de Marx, ao contrário dos economistas clássicos, não existe uma lei universal da economia, pois cada regime econômico engendra suas próprias leis que expressam, abstratamente, relações sociais que definem um determinado modo de produção, e a lei do processo de produção capitalista é a busca incessante da mais-valia e do lucro. A partir desse princípio, entende-se que, sendo o lucro a lei essencial do capitalismo, a propriedade privada dos instrumentos de produção constitui a base nuclear, como pressuposto de validade. Para Marx, é preciso entender o mecanismo da produção capitalista como processo de troca sistemática de mercadorias, pelas relações sociais, pois ao compreendê-lo, desvenda-se a gênese da própria sociedade moderna que, ao produzir, economicamente, a mais-valia, que opera dentro da produção, como resultado da diferença entre o que se paga à força de trabalho e o valor excedente na produção não pago ao operário, reproduz-se nas relações sociais a coisificação do homem. Essa descoberta, feita por Marx em *O capital*, ressalta a mercadoria como elemento propulsor desse sistema. Talvez seja essa a grande tragédia dos dias atuais: o homem mercadoria, sem consciência de si.

Segundo *O capital*, mercadoria é um objeto externo, uma coisa que satisfaz desejos e necessidades que se *originam do estômago ou da fantasia* humanos (MARX, 1994, p. 41), ou, se quisermos, mercadoria é algo produzido como resultado da força de trabalho humana, cujo valor é determinado pelo total de

7. É da contradição que surge no seio da chamada Idade Média, com o nascimento da burguesia, que esta irá revolucionar o modo de produção feudal e dará início ao capitalismo.

trabalho socialmente necessário para produzi-la, sendo essa força de trabalho paga, mediante salário correspondente. É, portanto, na produção da mercadoria, que o capitalismo apresenta a sua finalidade: o lucro através da mais-valia, obtida pelo capitalista, mediante a apropriação do excedente produzido pelo operário, no momento em que sua jornada de trabalho vai além do necessário, para cobrir os custos do capitalista, no processo de produção de bens, como também a própria manutenção da vida do operário. Portanto, quanto maior a jornada de trabalho, maior a mais-valia.

As mercadorias apresentam um duplo caráter, em sua existência: o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso pode ser definido como a subjetivação de um determinado conteúdo, conferido pela utilidade, pelo desejo, etc. O valor de uso está relacionado ao sentido de bem, dado pelo sujeito, possuindo valor, em razão de nele encontrar trabalho humano materializado, assumindo *o suporte material do valor de troca*. Quanto a este, pode-se dizer que sua natureza consiste em objetivar a relação entre uma mercadoria e outra, através de suas respectivas quantidades; diz-se que o valor de troca é o meio de estabelecer relação entre dois interesses sobre uma mercadoria. O valor de uma mercadoria é dado pelo valor de uso, pelo dado subjetivo, porque não tem valor em si, mas sim, na relação de um com o outro. O valor é algo puramente social, que nasce como uma determinação dos homens, e não como um elemento sobrenatural às coisas, até porque sua existência não se manifesta, naturalmente, na mercadoria, já que esta não tem valor em si, mas aquele dado pela relação social de troca.

O valor de qualquer mercadoria é, de modo geral, proporcional à quantidade de trabalho social médio nela contido. Assim, o valor de uma mercadoria determina-se, provisoriamente, pela demanda proporcional entre o valor e a quantidade de trabalho,⁸ e pressupõe, por assim dizer, uma demanda normal da mercadoria considerada. No entendimento de Marx, a quantidade de trabalho é o único elemento *quantificável*, que se descobriu na mercadoria. Nesse caso, esta relação não pode levar em conta o valor de uso, pois, destaca-se o

8. Trabalho abstrato é o dispêndio de força de trabalho humano dado pelo aspecto fisiológico, ao passo que o trabalho concreto é dispêndio de força de trabalho humano de uma determinada forma com objetivo definido. Por isso, o trabalho concreto produz valor de uso, o que consubstancia o valor de uma mercadoria. O trabalho é um conceito central no pensamento de Marx porque ele é elemento modificador da natureza e da cultura, além de ser a catapulta à produção da riqueza material da humanidade.

aspecto subjetivo, visto que não se compara o uso de um livro com o de uma camisa. Deve-se procurar o valor de troca, e não o valor do uso, porque este não pode ser *quantificável*, pois o único valor *quantificável* é o trabalho, que está inserido, integrado, cristalizado em cada mercadoria, porque o valor da força de trabalho pode ser medido como qualquer mercadoria, como exposto acima.

Por outro lado, o trabalho é um complexo de disposições orgânicas que o homem emprega, na produção de algo; o processo de produção capitalista implica, assim, o processo de trabalho que redundava, por sua vez, na produção de valores, e o processo de valorização é a criação e conservação de valores; nesse sentido, se afirma que o trabalho é fonte de valor, porque em si, fornece valor, isto é, criação de valores. Portanto, a grandeza do valor-mercadoria está relacionada à maior ou menor quantidade utilizada de trabalho.

É preciso destacar que o salário pago pelo capitalista ao trabalhador assalariado, como contrapartida da força de trabalho que este último lhe vendeu, equivale à quantidade de trabalho socialmente necessário à produção de bens indispensáveis à manutenção, tanto de sua vida, quanto a de sua família; nesse sentido, o trabalho, como toda e qualquer mercadoria, é pago, conforme a lei geral do valor, porquanto, ao contrário do que pensa o capitalista, o tempo de trabalho necessário para o operário produzir um valor igual ao que recebe, sob a forma de salário, é inferior à duração efetiva do seu trabalho, portanto a mais-valia é a quantidade de valor produzido pelo trabalhador, além do tempo de trabalho necessário para produzir um valor igual ao que ele, o trabalhador, recebe, sob a forma de salário.

Considera-se mais-valia a parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretabalho* (trabalho não remunerado), o que se pode chamar de lucro, e a produção da mais-valia é o vértice do sistema capitalista, o centro em torno do qual gravita, sem cessar, a constante da reprodução do sistema. Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário ao operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho, não remunerado, ou *sobretabalho*, seja precisamente, o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo trabalho realizado pelo operário é pago. Segundo Marx, a constituição da mais-valia não é uma invenção individual do capitalista, mas um dado necessário do sistema, desconhecido por todos que, tragicamente, sucumbem a ele.

5 Alienação, fetichismo e coisificação

O sentido de alienação tem sua origem na vida econômica, porquanto o operário, ao vender sua força de trabalho, não toma parte do produto de si, que ao ir além dele, passa a pertencer, estranhamente, ao mundo objetivado do lucro, do qual ele, operário, é excluído. Por sua vez, essa exclusão impõe ao operário o desconhecimento das forças que operam no modo de produção capitalista, que promovendo um não reconhecimento de si, produz uma não consciência da realidade na qual está inserido. Portanto, essa não consciência do operário, sua alienação da realidade, é o resultado da ação de mecanismos poderosos que separam, propositalmente, o produtor de sua produção. Define-se esse particular pela "categoria" do fetiche,⁹ na qual o produtor, nesse caso, o trabalhador, concebe o produto como uma realidade autônoma e tirânica, dominando a própria subjetividade que rodeia as relações sociais. O fetichismo da mercadoria, em última instância, se define como a *coisificação* do homem e a *humanização* da mercadoria, que toma as qualidades do produtor e desumaniza a própria condição do trabalhador.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (...) Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1994, p. 81).

Uma das tantas contribuições de Marx é, justamente, a ideia da inversão ideológica, elaborada contra as posições do idealismo hegeliano, que teria colocado a realidade de cabeça para baixo. Marx *desinverte* a realidade, pela análise de que não conhecemos o real como ele está posto, mas sim, pelas falsas representações que os indivíduos fazem sobre si mesmos e sobre as coisas que

9. Culto a objeto que se supõe representar entidade sobrenatural com poderes mágicos; admiração exagerada por uma pessoa ou coisa; veneração. Dicionário Eletrônico Houaiss.

os envolvem. Ao se ter em vista essa concepção da inversão, pode-se pensar que a alienação é um estado de não-consciência, em que o indivíduo não toma a si como referência, mas apenas o que ele produzira, sem levar em consideração a energia que gasta nesse processo. Ora, o fetichismo da mercadoria é, justamente, pensar os objetos como produção de si mesmos, ignorando que a “alma” existente em cada ser, criado pelo homem, é um pedaço da sua força de trabalho. A forma ideológica de pensar a realidade faz com que o trabalhador não perceba que toda produção capitalista está, justamente, assentada nessa ignorância que, por sua vez, leva o possuidor da força de trabalho (o produtor) a ignorar que a base da riqueza social é, justamente, o trabalho, porque em si o trabalho não é somente expressão econômica, mas acima de tudo, expressão da riqueza social.

As mercadorias se tornam fisicamente metafísicas, por expressarem um valor em si, e para si, como determinação de sua causalidade, como se existissem de todo o sempre, e não a partir de uma transformação social, por meio do trabalho humano. Do ponto de vista exterior, a mercadoria é normal, porque não há nada misterioso quanto ao seu valor de uso, até porque ela satisfaz necessidades humanas por suas propriedades, mediante a aplicação de trabalho. O caráter místico da mercadoria surge, no momento em que a ignoramos, como produto do trabalho humano. Todavia, como o mundo místico é um mundo à parte, impregnando a mente humana com elementos nebulosos, o fetiche da mercadoria é uma transferência fantástica, que opera para além de si, dando a ideia de que as mercadorias parecem possuir valor em si e para si, tal como o mundo místico, quando, na verdade, o caráter fetichista da mercadoria está relacionado ao “*caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria*” (MARX, 1996, p. 199). Logo, todo misticismo envolvendo o mundo das mercadorias desaparece, quando se desvelam as relações sociais do processo do trabalho.

Qualquer que seja o estado de alienação em que vive um determinado indivíduo, ou uma determinada formação social, sempre será em razão de não perceber que o trabalho, como valor máximo do homem, desvincula-se da massa da riqueza existente, não só empobrecendo o homem do ponto de vista material, mas, sobretudo, quanto ao seu espírito, desumanizando sua qualidade de ser pensante e moral. Marx assinala que o homem transfere para as mercadorias as qualidades existentes em si mesmo; e o fetichismo é mais um aspecto das formas ideológicas de representar a realidade.

6 Ideologia

Marx, ao tratar o problema da superestrutura na formação social capitalista, apresentou, em parceria com Engels, o seu conceito de ideologia, na obra *Ideologia alemã*, em que realiza uma crítica aos hegelianos de esquerda, como Bruno Bauer, Max Stirner e outros, que ainda se mantinham ligados à filosofia idealista. Marx afirma que “*esses filósofos dão-nos apenas a história das representações, desligada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhes servem de base*” (MARX, 1999, p. 60). Entretanto, o termo ideologia originou-se da obra *Les elements de l'ideologie*, do pensador iluminista francês, Antoine Destutt de Tracy (1754-1836), cuja proposta era formular uma *ciência das ideais*, que examinasse a origem, a formação e o processo de naturalização das ideias, nos homens. Segundo advertência de Aluizio Alves Filho:

Destutt de Tracy postula a fundação de um original campo de estudos destinado a formar a base de todas as ciências: a ‘ciência das ideias’ coloca a noção de ideologia no centro das suas reflexões, observando tratar-se de um ‘termo genérico’, referente a uma parte da ‘ciência das ideias’, e não à sua totalidade [...] Para Destutt de Tracy, o que o estudo da ideologia possibilita é o conhecimento da verdadeira natureza humana. Ao escrever *Eléments D’Idéologie*, o que tinha em mente não era construir um saber pelo saber, e sim voltado para a prática. Para o autor, a intenção de conhecer a natureza humana abrigava um projeto pedagógico: o de planejar o ensino levando em conta *a maneira real através da qual os homens formulavam ideias*. Na sua forma de entender, isto permitiria colocar a ‘ciência das ideias’ a serviço da educação e, portanto, da pátria (ALVES FILHO, 2000).

Ainda segundo Alves Filho, em consonância com as observações de Marielena Chauí (1984), o sentido negativo do termo “ideologia” deriva de uma declaração feita por Napoleão ao seu Conselho de Estado, por volta de 1812, em um discurso, no qual acusa os ideólogos, como Tracy, de construírem ideias desvinculadas da realidade, quando criticavam o seu governo. Portanto, Marx conservou o sentido napoleônico negativo de ideologia como um dos componentes da superestrutura que inverte as determinações do real, visão distorcida, que mascara a realidade e desconhece as causas das contradições.

A ideologia é uma forma de dominação que gera uma falsa representação da realidade, uma consciência ilusória, que se produz por meio de mecanismos pelos quais se *objetificam* certas representações como verdadeiras. As

classes dominantes produzem aparente legitimação das condições existentes numa determinada sociedade, em um momento histórico determinado, em que produz, por diversos motivos, uma forma de alienação da consciência, face sua existência real. A ideologia é produto de uma estrutura social profundamente desigual e, portanto, não transparente, e a intenção de Marx era desmascarar a ideologia, ao mesmo tempo em que desvelaria o processo pelo qual ela se configura, enfraquecendo seus efeitos, desfazendo as ilusões que ela gera nos homens. Por isso, Marx enfatizou a necessidade da liberdade econômica como síntese das outras formas de liberdade.

Assim, Marx pondera que os verdadeiros problemas da humanidade não são, tão somente, as ideias errôneas, mas as contradições advindas delas que, não percebidas, forjam as ideias erradas tidas como verdadeiras. Por isso, não resolvendo os problemas concretos, os homens tentam resolvê-los sob a forma ideológica, no plano abstrato, ocultando as contradições reais para a reprodução das formas de pensar da classe dominante. Logo, os seres humanos são dominados pelas representações que eles mesmos constroem.

E se em toda ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que imagem invertida dos objectos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (MARX-ENGELS, 1974, p. 26).

Os ideólogos interpretam o real diferentemente de como esse mesmo real está posto, porque “*põem tudo às avessas*” (Idem, p. 98). A ideologia faz com que o homem não perceba o processo de *coisificação* pelo qual passa, e não reage à exploração existente nas relações de produção capitalista. Por meio da superestrutura, a classe dominante disfarça ou dissimula as contradições com soluções reformistas, impedindo que as classes oprimidas formem sua própria compreensão da realidade.

Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder *material* dominante numa dada sociedade é também a potência espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante (Idem, p. 55-56).

Isso quer dizer que todos são vítimas das inversões produzidas pela ideologia, e o pensamento dominante é uma construção da classe que dispõe da propriedade privada dos meios de produção da riqueza material, e essa classe traz consigo uma consciência de si como produto direto de suas experiências históricas, que por sua vez também foram elaboradas sob premissas *às avessas*. Aqueles que estão determinados pelo pensamento dominante não percebem que suas opiniões, quanto aos problemas existentes, não são produtos de si mesmos, mas fora de si, à guisa de uma imposição consentida, mesmo que a seus olhos pareça ser um produto de suas construções teóricas.

O processo ideológico cria um sistema de ilusões, pelo qual os homens, sejam eles burgueses ou proletários, *não percebem o engodo de suas sinceras opiniões*, porque o pensamento ideológico é uma construção consciente ou inconsciente, da qual nem todos participam, na mesma medida, do processo de criação das ideias, pois essas, abstraindo de seus formuladores, são dominantes em qualquer época da história, ao lado das ilusões.

7 O manifesto comunista em oposição ao contratualismo

Na célebre obra *O manifesto do partido comunista*, de 1848, Marx apresenta a seguinte tese: “A história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”. Essa afirmativa ressalta que a história está repleta de relações sociais marcadas pela dicotomia existente entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, poderosos e desvalidos. Marx vê, nas lutas de classes, o *moto contínuo* da história; concebe o processo histórico como o resultado de forças antagônicas, dentro de uma determinada formação social que, por sua vez, é condicionada por uma determinada forma de produção de bens, e são as produções materiais que ensejam as organizações sociais, o *modus vivendi* daquele agrupamento humano. Nessa linha de pensamento, a constituição de toda a sociedade ou formação social é fruto de determinadas condições históricas, sendo impossível a separação das instituições humanas daquela determinada forma de produção material da vida humana, sendo que o Estado não se constitui como uma exceção.

Ao contrário do pensamento contratualista, o *Manifesto comunista* aponta o Estado como estrutura jurídico-política criada para manter o poder de uma

classe sobre a outra, visando garantir toda uma ordem necessária ao implemento dos interesses da classe dominante. O Estado, então, se configura numa estrutura complexa deste aparelho repressor – o braço armado sob forma jurídica, contra aquele que objetive reconstruir uma sociedade capaz de contemplar os seus membros dentro de parâmetros distintos dos existentes – até no *welfare state*, em que o propósito pode ser o de mudar a forma sem alterar o conteúdo.¹⁰

No pensamento do *Manifesto*, o Estado não é instituído por uma assembleia de homens, seja para constituir um absolutismo debelador de incertezas e medos, ou como organização política, para garantir a propriedade, e assegurar a liberdade fundamentada sobre a igualdade. No sistema do *Manifesto*, o Estado não é resultado de um contrato, em que os contratantes são chamados igualmente a votar nesse organismo; pelo contrário, sua gênese assenta-se na construção de um instrumento capaz de assegurar a ordem de uma classe sobre a outra. Foi por meio do processo conflitante da luta de classes que os homens aperfeiçoaram seus instrumentos de relação de poder, até chegar a essa estrutura independente, dos indivíduos, a qual chamamos Estado, um aparelho que tem por fim “*gerir os negócios comuns de toda a burguesia*” (MARX-ENGELS, 1978, p. 96).

O *manifesto comunista* é, por assim dizer, uma obra de propaganda, que se tornou um clássico do pensamento político-social, que completa 170 anos, cujo fim é formular as bases da filosofia da história do marxismo, e, por outra, apresentar o materialismo histórico como um instrumento capaz de elucidar as contradições que envolvem os homens.

8 Reflexões (quase) finais

A obra de Karl Marx é fundamental para a compreensão do sistema capitalista, e a dimensão dessa importância é, ainda mais reveladora, quando grandes capitalistas, ao redor do mundo, dizem que, após a leitura de Marx, captaram o funcionamento desse sistema, não obstante o autor ter

10. O contratualismo é uma corrente teórica oriunda do século XVII, que compreende a origem da sociedade política por meio da figura jurídica do contrato, ou seja, um acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político: o Estado.

escrito sua vasta obra, vislumbrando “instruir” o proletariado da sua condição, que é forjada por meio da ideologia dominante e da alienação, fruto da primeira.

Para além do bicentenário de Karl Marx, a leitura e releitura de seus escritos faz-se ainda mais necessária, em um momento no qual as lutas de classes acirram-se no Brasil e no mundo. Porque sendo o trabalho um conceito central, na obra do “corifeu da filosofia da práxis” (modo pelo qual o filósofo italiano Antônio Gramsci referiu-se ao “mouro prussiano”, para fugir da censura fascista), esta breve exposição de parte de seu pensamento justifica-se, também, pelo momento histórico enfrentado pelo Brasil, em particular, com ataques ao proletariado, como a contrarreforma trabalhista; e, no mundo, com os ataques sistemáticos aos direitos conquistados por essa classe, principalmente durante a Guerra Fria, que fez emergir na Europa Ocidental o *welfare state*, como uma tentativa de frear o avanço comunista e a força que esses partidos tinham em países como a Itália, por exemplo.

Com o fim da União Soviética e o oportunismo do avanço liberal, bem como a guinada à direita, de forma arrivista, dos partidos comunistas e socialistas ao redor do mundo, em muitos casos, ainda mantendo seus nomes originais, ludibriando o povo e fazendo parecer que aqueles que se mantiveram fiéis aos princípios do marxismo, fossem iguais a eles. Nestes casos, como podemos observar, as nomenclaturas não correspondem, atualmente, aos seus projetos políticos. Mas a farsa parece ter algum efeito na correlação de forças ao redor do mundo, visto não ser apenas o avanço da direita mundial.

É de notar-se, ainda, o caráter eufêmico que a denominação “socialista” adquiriu em nossos dias, não apenas procurando afastar-se das experiências socialistas pelo mundo, mas também revelando o afastamento, cada vez maior, dos princípios do marxismo, retirando da pauta as lutas de classe, em nome, muitas vezes, das chamadas pautas identitárias que, não raro, dissociam-se das questões de classe e, em última instância, levam ao crescimento do individualismo e o indivíduo à luta. Esquecem-se estes que foi a Revolução Russa que deu paridade entre homens e mulheres, e que na URSS o preconceito era tratado como crime, entre outros avanços, que permitiram, não ao indivíduo, ou a um grupo destes, incluírem-se na sociedade, como Marx queria, e como os que defendem seus princípios devem defender. É a humanidade que deve

emancipar-se como um todo e, para tal, é preciso reconhecer que a principal forma de opressão é a de classes. Como disse Marx “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras, o que importa é modificá-lo” (MARX, 1974, p. 11).

Referências

ALVES FILHO, Aluízio. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia. In: *Revista Comum*, v. 5, n. 15. Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Tradução de João Abel. Lisboa: Estampa, 1978.

LÊNIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Editora Global, 1983.

KAUTSKY, Karl. *As três fontes do marxismo*. Tradução de Olinto Bckerman. São Paulo: Global Editora, s/d.

MARX, K, e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. v. I. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

_____. *O manifesto comunista*. Tradução de Regina F. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *A ideologia Alemã*. Tradução de Carlos Bruni e Marco A Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. *O Capital*. Tradução de Reginaldo Sant`Ana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. Para a crítica da economia política. Prefácio. In: *Os pensadores*. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, Manfredo. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Artigo recebido em 14/10/2019 e aprovado para publicação em 28/11/2019

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v18i36-2019-8>

Como citar:

TROTTA, Wellington; PASTORE, Gianriccardo Grassia. Os 200 anos do “Corifeu da Filosofia da Práxis”. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 381-404, jul./dez. 2019. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br.